

rigo este que se acentua, querendo submeter à consideração crítica alguns de seus pontos de vista, tirando-os do conjunto. Não podemos porém deixar de perguntar, qual teria sido o intuito do A., escrevendo frases como as seguintes: "Um ciclo cultural não deve também incondicionalmente ser confundido com um organismo político de forma qualquer, sem negar que a possibilidade de tal interpretação deve ser estudada em certos casos. Nem se pode tomar como certo que todos os povos e tribos mantivessem seu intercâmbio incondicionalmente e em qualquer época de forma pacífica" (pg. 129). O que se diz aqui com hesitação, ao nosso ver, melhor se diz de forma definitiva, pois não há nenhum motivo de confundir ciclo cultural e organismo político. E pensar em intercâmbio "em qualquer época" pacífico, onde há organismos políticos, povos e tribos diferentes, seria quase um absurdo.

Não nos compete aqui uma crítica geral do método ao qual o A. se filia, e pelo qual, aliás, conseguiu levantar problemas interessantes, como o da importância de ter uma vista em conjunto e não só de "publicar material". Outros conselhos do Prof. Gallus, mais baseados na sua experiência de "homem de museu" do que nas teorias expostas não constituem a parte menos atraente do trabalho.

Uma palavra ainda sobre a publicação em que apareceu o artigo resenhado. Trata-se da continuação, sob outro título, dos "Anales del Instituto de Etnologia Americana", reunindo neste número, sob a orientação do Prof. Miguel de Ferdinandy, diversas outras colaborações de alto nível científico.

J. PHILIPSON

FERNANDES (Florestan). — *A Organização Social dos Tupinambá*.
Pref. do Prof. Herbert Baldus. Instituto Progresso
Editorial (Coleção Trópico I). São Paulo [1949].
In 8.º (0,16 x 0,22), 325 pp., 20 gráficos e estampas
e 1 Tabela fora do texto.

São tão raros entre nós os trabalhos de pesquisa pura e exaustiva, e tão compreensível o nosso interesse por eles, que só a publicação desta obra, à margem de qualquer possível observação crítica, deve ser recebida com os mais entusiásticos aplausos. De fato, com exceção de umas poucas monografias sobre a etnologia brasileira, realmente de valor, tudo o mais de que dispomos, em português, provém de fontes estrangeiras ou não vai além dos estreitos limites de trabalhos de divulgação fragmentária, em geral de má qualidade.

O A., no estudo da organização social dos tupinambás, segue a mesma linha de orientação científica que levou Métraux às excelentes monografias sobre a vida material e religiosa desses mesmos ameríndios. Ambos evidenciam a mesma preocupação de delimitar com todo o rigor o assunto, no tempo e no espaço; de lançar mão de todos os recursos da pesquisa e da crítica por mais insignificante que possa parecer. Claro está que empreendimentos dessa natureza exigem de quem a eles se dedique: cultura geral ampla como base de especialização restritiva; acuidade mental extraordinariamente apurada; senso crítico, que decorra do perfeito conhecimento desapassionado dos componentes temporais e humanos das fontes consultadas, e determinação inabalável de ser apenas juiz na causa que deve julgar, sem idéias preconcebidas e sem simpatias pessoais.

Claro, também, que tais exigências mínimas justificam a escassez de monografias do tipo desta, de Florestan Fernandes, e levam muitos estudiosos às simples anotações e observações marginais, valiosas sem dúvida, mas desconexas e inconseqüentes.

As pesquisas relativas à organização social dos tupinambás, como as referentes a qualquer outro grupo primitivo, maximé quando praticamente extinto, fundamentam-se, evidentemente, em documentação heterogênea, de pesos muito diferentes, dispersa em crônicas e trabalhos antigos, redigidos sem a menor preocupação de focalizar êste ou aquêle aspecto de uma dada cultura. Teve o A. de cingir-se, por isso, e pela rigidez de sua própria e elogiável orientação científica, aos documentos de que pode dispor e aos dados que, com o máximo cuidado, conseguiu extrair dos nem sempre precisos relatos dos cronistas.

Em alguns pontos de sua obra, entretanto, talvez fôsse aconselhável um breve afrouxamento das rígidas delimitações que, consciênte e acertadamente, impôs às pesquisas. Assim, parece-nos, não seria de todo descabido que trouxesse aqui e ali, à colação, os informes seguros que possuímos a respeito da vida social de grupos e tribos ameríndias, ainda existentes, sabidamente pertencentes ao mesmo tronco dos antigos tupi-guaranis. Seria sem dúvida interessante um breve estudo comparativo, que nos permitisse apreciar a sobrevivência de traços sociológicos dos grupos tupinambás de outrora, nos agrupamentos dos seus descendentes que ainda teimam em viver em largados rincões do Brasil central, da Amazônia e do Paraguai.

Parece-me, embora tenha quase a certeza da existência de argumentos fortes em contrário, que um capítulo dedicado ao estudo comparativo dos informes documentais antigos e dos fatos observados ainda hoje, instruiria muito mais os leitores comuns, e os de tendência sociológica, que a trabalhosa tabela de *Designativos de Parentesco*. Exatamente o desenvolvimento da idéia sugerida pelo Dr. Schaden, ao A., manifesta na *Introdução*, quando se refere às "informações sobre a ocorrência de determinados fenômenos em sociedades tupis contemporâneas".

Mas, a propósito dessa tabela e dos designativos tupis que ocorrem na obra, não podemos deixar de aduzir algumas rápidas observações. Embora interessantíssima para estudo de confrônto dos sistemas ortográficos adotados pelos diversos cronistas e gramáticos que cuidaram dos tupis e da sua língua, e memo muito útil para o lingüista, tal como é apresentada não traz à obra, de fundo histórico-sociológico, esclarecimento apreciável.

Para os não conhecedores da língua tupi, aquelas longas colunas de nomes estranhos, grafados como pareceu melhor aos catequistas, aos cronistas ou aos gramáticos antigos, não despertam senão mera curiosidade visual; para os conhecedores da língua valeriam muito, pelo fato de se acharem reunidas especificamente, se não se apresentassem eivadas de erros de cópia ou de revisão, não só do A., que as reuniu, mas das próprias obras de que foram extraídas. Além disso, não foram aproveitadas duas obras de grande importância, cujas contribuições seriam incomparavelmente superiores às de Moraes ou de Thevet: a "Tabla de Parentesco" de Yapuguai e o "Tesoro" de Montoya. Parece-me que andar bem o A. se, numa segunda edição de seu trabalho, concordar com a supressão dessa *Tabela* ou, pelo menos, em passá-la, com as correções indispensáveis, para um possível *Apêndice*.

Parece-me, também, que o A. muita e muita luz trará aos seus estudos meticulosos da sociedade tupinambá, se procurar conhecer a etimologia desses designativos de parentesco. Ela, sim, poderá sugerir, ou mesmo indicar, com certa precisão, uma grande série de conceitos e de atitudes sociais que nos parecem valiosos. Assim, por exemplo a etimologia de *tayra* e de *membyra*, filho em relação ao pai, e filho em relação à mãe, mostrará claramente não só a razão do uso privativo de cada um desses designativos pelos respectivos

genitores, como também a apreciação do papel da mulher na procriação, segundo o conceito tupi.

Tal como neste caso, quase todos os demais designativos, etimologicamente estudados, darão informes preciosos que o sociólogo poderá aproveitar com grandes vantagens para esclarecimento das minúcias de que não cuidam as fontes consultadas.

Aliás o saudoso Dr. Recalde, em trabalho que publicou na Rev. do Arquivo Municipal de São Paulo (*Vocabulos designativos de relações e contactos sociais nas linguas tupi ou guarani*, vol. 39) não aproveitado pelo A., levantou a ponta desse "véu diáfano" da etimologia, que encobre um vasto campo de pesquisas interessantíssimas, vislumbrado há pouco pelo meu Assistente J. Philipson.

Se o A., porém, julgar que a *Tabela* deve continuar em edições futuras de seu trabalho, aconselharei seja ela ao menos escoimada de expressões que, de modo algum, podem ser consideradas designativos de parentesco, tais como: *Espôsa favorita, Filhos com mais de um pai, Viúvo, Órfão de pai*, etc., e reduzida ao estritamente necessário à boa compreensão do texto. Além disso, será de todo aconselhável, também, que as transcrições sejam feitas de acôrdo com algum sistema ortográfico único ou que a ela se anexe um quadro de equivalentes ortográficos.

Como foi apresentada, enfim, sôbre ser praticamente inútil, é ainda perigosa, por que não faltarão consulentes de boa fé que divulguem, em seus trabalhos, êsses termos grafados sabe Deus como, evidentemente sem perceber que o *che*, que lá aparece junto de muitos designativos, não é senão o possessivo da primeira pessoa.

A balbúrdia ortográfica dos termos tupis surge ainda, em inúmeras páginas da obra, causando impressão desagradável e possibilitando confusões desnecessárias. O quadro da p. 223, por exemplo, que resume as considerações de Evreux sôbre esátgios da vida ameríndia, incide no mesmo mal da *Tabela*. O A., está a ver-se, consultou apenas a tradução portuguesa da obra do conhecido cronista, e não reparou que o tradutor ora mantém a ortografia francesas do texto original para transcrever os termos tupis, ora os grafa sem critério algum, à portuguesa. Evreux, entretanto, não escreveu *Kunumy-miry* para ser lido por gente de língua portuguesa, mas *Kououmy-miry*, da mesma forma que não escreveu *Kunham*, mas *Kougnan*. Sem dar atenção a isso, o A. inclui no referido quadro: *Kunumy*, à portuguesa, ao lado de *Kugnan*, e também *Kugnam*, à francesa; *Kugnatin*, que deve ser escrito e pronunciado *Kunhantan*, vem com a grafia francesa *Kugnatin*, o que levará o leitor brasileiro ou português a escrever e a pronunciar erradamente.

Claro que isso poderá ter pouca importância, talvez, para o sociólogo (do que duvidamos), mas tem importância enorme para os linguistas, principalmente para os que, em face do grande valor da obra, em conjunto, a tenham por exata também nas transcrições de termos tupis.

De modo geral, a preocupação de transcrever os termos tupis tal qual se encontram nos textos consultados, como era de esperar-se, prejudicou a obra tão carinhosamente preparada. Principalmente quando a transcrição foi feita de fonte traduzida para o português, como a de Evreux.

Além disso, foi o A. levado a certas afirmações talvez não muito corretas, decorrentes de interpretações, às vèzes fantasiosas, das expressões tupis. Dizêr, por exemplo, (pg. 145) "que os genitores designavam-se com dois nomes especiais: *xeraicig e xemembira ruba*" é um tanto forte; primeiro porque o *xe* inicial é o simples possessivo (meu, minha, meus, minhas), segundo porque não se trata, em absoluto, de designativos ou nomes especiais, mas apenas de duas frases corriqueiras: *mãe de meus filhos e pai de meus filhos*, quando falava o homem ou quando falava a mulher, isto é *xe ray sy* e *xe membyra rúba*, corretamente grafadas as frases. Os verdadeiros designativos são: *tayra*

(*xe rayra*), quando fala o pai, e *membyra* (*xe membyra*) quando fala a mãe. Ambos referindo-se aos seus filhos.

Aquele *Thuyae*, ora assim grafado, ora *Thuyuae* (com *t* maiúsculo e minúsculo) que, como designativo específico, aparece no texto do A. (pp. 120, 240, 242, 258, etc.), é apenas o termo *tujávae*, que significa somente: *velho, ancião*.

Quando o A. diz à pág. 146: “o filho ilegítimo constituía o produto do intercurso sexual de um macho e de uma fêmea, designados como *Agoaçã*”, dá-nos também a impressão de algo peculiar à sociedade tupinambá, velado pelo termo *Agoaçã*, aliás *aguaçá*, com *a* minúsculo e sem nasalização da sílaba final. Não há, entretanto, nada disso. A palavra *aguaçú* significa apenas *amante, mancebo* ou *manceba*...

Mas não há necessidade de alinhar maior número de exemplos para demonstrar que o A., seduzido pelas palavras tupis que encontrou nos textos, estropiadas pelos copistas e tipógrafos e mal interpretadas pelos cronistas, delas se utilizou sem o necessário cuidado, citando-as sem as indispensáveis anotações explicativas. Os sociólogos que entenderem um pouco de tupi não gostarão, por certo, de ler: *tamoim*, *mandaró á guera*, *mebek*, *kugnammuçu*, *Uainuy* (pg. 258) e *unaynuy* (pg. 243), *Matinta-Pereira*, *Marap* ou *Chemaraç*, etc., etc. E mesmo alguns leitores desprevenidos poderão supor que o termo *mulatre* (pg. 146), designativo dos “filhos ilegítimos dos franceses”, grifado como as demais expressões indígenas, seja termo tupi...

Conquanto esta pequena nota tenha por finalidade precípua chamar a atenção dos estudiosos para uma obra de indiscutível valor, não quisemos perder a oportunidade de lembrar ao esforçadíssimo A. a necessidade de aperfeiçoá-la em novas edições no que diz respeito à língua tupi. Um pequeno esforço a mais e um pouco mais de paciência permitirão escoimá-la desses senões, perfeitamente toleráveis em publicação de pouco vulto ou de simples divulgação, mas evidentemente indesejáveis numa obra que, sem favor algum, pode ser considerada como das mais sólidas e das mais valiosas dentre as publicações sobre os ameríndios do Brasil.

PLÍNIO AYROSA.

* * *

CORDEIRO (J. P. Leite). — *São Paulo e a Invasão Holandesa no Brasil*. Edição do autor. Gráfica Bentivegna. São Paulo. 1949. 244 pp., 1 mapa e 1 gravura.

Tivemos o grande prazer de receber “*São Paulo e a Invasão Holandesa no Brasil*”, do Dr. J. P. Leite Cordeiro. É um magnífico livro, representado um excelente repositório do que há sobre o assunto.

Trata-se mesmo da melhor coletânea de elementos concernentes aos holandeses no Brasil, coisa que interessando o Nordeste, só indiretamente diz respeito a São Paulo.

O Dr. J. P. Leite Cordeiro é um paulista de velha cêpa, que honra a sua ascendência, restaurando o passado de sua terra e de sua gente, com inúmeras publicações e grande número de estudos e reconstituições de subido valor. O livro cujo título vem acima mencionado é do gênero referido, condensando nas suas 244 páginas, tudo que existe a respeito das repercussões que a invasão holandesa no Brasil causou em São Paulo.

Infelizmente o trabalho referido é uma exposição do que se conhece sobre o assunto, sem a ereção de uma tese, a qual seria defendida com argumentos, mais ou menos convincentes, elaborados pelo Autor. Sim, este abandonou toda e qualquer crítica, limitando-se a descrever uma situação de fato e